

Trabalho feminino e mudanças na família no Brasil (1984-1996): explorando relações*

Nathalie Reis Itaboraí**

O objetivo do artigo é investigar as relações entre o aumento do trabalho feminino e as mudanças em arranjos familiares brasileiros, controlando as diferenças por classes sociais. Embora a literatura associe o trabalho remunerado das mulheres a um aumento da sua autonomia na sociedade (empoderamento), e particularmente nas relações familiares, não estão totalmente elucidadas as relações entre o crescimento da participação econômica feminina e as alterações na condição das mulheres como membros de famílias. A hipótese mais realista é a de que o trabalho feminino ao mesmo tempo impele e é impelido por mudanças que estão acontecendo na família. Embora não existam dados longitudinais apropriados para solucionar esta pergunta, foram utilizadas aqui, de modo exploratório, quatro fontes de dados: as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs/IBGE) de 1984 e 1996, a Pesquisa sobre Padrão de Vida (PPV) realizada pelo IBGE em 1996 e a Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS) realizada pela Bemfam em 1996. O foco da análise são as relações entre eventos familiares (união, separação, nascimento de crianças e uso de contracepção) e a inserção feminina no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Trabalho feminino. Família. Fecundidade.

Trabalho feminino e empoderamento: algumas notas acerca de questões complexas

Quando falamos em empoderamento feminino, a questão mais evidente é a crescente dedicação das mulheres ao trabalho, o que garantiu sua definitiva inserção na esfera pública. Nas últimas décadas, o crescimento da taxa de atividade das mulheres vem sendo acompanhado de outras estatísticas favoráveis à qualidade de vida feminina, como a redução da fecundidade e o aumento na esperança de vida e no nível educacional das mulheres. Este conjunto de transformações vem sendo

interpretado por alguns como um processo de empoderamento (England, 1997), pelo qual a secular submissão feminina estaria sendo substituída por condições sociais mais igualitárias entre homens e mulheres.

Se remontarmos à história humana e mesmo à brasileira, veremos que as mulheres sempre trabalharam. Por que então, hoje em dia, se realça tanto o crescimento do trabalho feminino? O aumento da visibilidade do trabalho feminino na segunda metade do século XX deve-se, segundo Sullerot (1970), ao fato de ele vir assumindo um formato mais próximo do trabalho masculino, profissionalizando-se. De fato, quando observamos a história do trabalho

* Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, MG, em novembro de 2002, ocasião na qual ele pôde ser comentado pelos membros do Grupo de Trabalho sobre Reprodução Humana da Associação Brasileira de Estudos de População, aos quais sou grata. Este trabalho é também parte de minha tese de doutorado, em elaboração no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), sob a orientação de Nelson do Valle Silva, a quem agradeço o incentivo e as sugestões, embora as eventuais lacunas devam ser creditadas a mim.

** Doutoranda em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

remunerado feminino no Brasil, vemos que este, embora envolvesse uma labuta árdua, era socialmente percebido pelas próprias mulheres como uma forma de lutar pela sobrevivência (Dias, 1984). Em geral, o trabalho feminino predominava entre as mulheres que não viviam com um companheiro, a quem caberia, de acordo com as expectativas sociais, o sustento domiciliar. É certo, todavia, que os valores quanto ao trabalho feminino variaram historicamente entre os grupos sociais. Se, nas camadas médias, a primeira profissão feminina considerada digna (em fins do século XIX) foi a de professora (Nogueira, 1962), nos demais grupos sociais o trabalho feminino, sobretudo o de vendedoras e costureiras, já era comum desde antes, ainda que as mulheres que trabalhassem fora corressem o risco de difamação.

Transpostos dois séculos, com a valorização da independência feminina pelos movimentos feministas originados nas classes médias, o discurso do trabalho feminino como fonte de autonomia para a mulher adquiriu força, apoiado na idéia de que este lhe daria mais independência perante o marido. Juntando a progressiva redução das barreiras à escolarização feminina (Rosemberg, 1994) e a crescente dedicação das mulheres ao trabalho, formaram-se os ingredientes para o que hoje aparece como uma revolução “não tão silenciosa” nas suas condições de vida.

Há diversas indicações de que o trabalho remunerado ocupa cada vez mais uma parte importante da vida da mulher e vem crescentemente se profissionalizando e diversificando, embora permaneçam evidentes desigualdades por gênero no mercado de trabalho (Bruschini e Lombardi, 1999; Bruschini, 2000). As gerações mais jovens parecem, inclusive, experimentar um contexto mais favorável, visão que transparece em estudos como o de Leme e Wajnman (2000), que diagnosticou uma tendência de redução dos diferenciais salariais entre homens e mulheres.

Da constatada autonomia profissional feminina é comum derivar-se ou pressupor-se a equação de seus efeitos sobre a vida familiar, favorecendo ou permitindo romper

uniões e reduzir ou controlar o número de filhos. Desta forma, o trabalho feminino tem sido associado como causa ou condição para as mudanças em curso nas relações de gênero e, finalmente, no formato das famílias.

Mas não existem certezas quanto aos benefícios do trabalho feminino para as mulheres. Para alguns ele representa maior poder de barganha na relação familiar. Para outros, uma vez que concorre ou se acumula com outras atividades familiares e domésticas, seriam questionáveis os efeitos benéficos do trabalho para a vida das mulheres, pois, de um aumento da autonomia feminina, este se transformaria numa sobrecarga de trabalho (Arriagada, 1997). Esta visão encontra apoio em estudos etnográficos que sugerem a racionalidade do não trabalho das mulheres de baixa renda, diante do risco de o marido, em face da capacidade da mulher de prover a casa, acomodar-se e ainda ter tempo para aventuras extraconjugais (Fonseca, 2000).

Se os estudos que relacionam vida familiar e profissional sempre foram recorrentes quando o trabalhador analisado é uma mulher, nem sempre houve o cuidado em diferenciar as mulheres segundo suas condições sociais. Nos últimos tempos, todavia, os estudos feministas cada vez mais reconhecem que não há uma categoria “mulher” uniforme, uma vez que as mulheres se diferenciam segundo sua idade, cor ou classe social. Num estudo clássico sobre o trabalho feminino, Tilly e Scott (1978, p. 4) alertaram que tem sido comum apoiar-se na história das mulheres de classe média e alta para falar em autonomização feminina, mas que a história das classes mais baixas não permite falar nisso. A preocupação de não incorrer em semelhante erro levou-me a adotar a variável classe social como um controle para as análises aqui desenvolvidas.

Se não é possível conhecer todas as mediações desta complexa teia de relações sociais que configuram a relação entre as dimensões da vida familiar e profissional das mulheres brasileiras de hoje, pode-se ao menos tentar entrever relações entre estas duas dimensões de suas vidas. É o que se busca no estudo exploratório desenvolvido aqui.

Trabalho feminino e mudanças na família: breves notas metodológicas

Na seção anterior justifiquei a escolha da classe social como uma importante variável de controle deste estudo. Embora esta não seja a única variável de controle utilizada, uma vez que nas regressões empreguei outros indicadores das características sociais (cor, religião, região de residência etc.) das mulheres pesquisadas, tenho trabalhado com a idéia de que classe social é uma variável que sintetiza aspectos importantes da diversidade nas formas de organização das famílias brasileiras (Itaboraí, 2001 e 2002). Certamente, transformar um conceito – neste caso, o de classe social – em uma variável passível de ser medida envolve um esforço de operacionalização que, embora se apóie em critérios metodológicos, é sujeito a críticas, como o é todo esforço de “construir” dados¹. Descreverei, portanto, os procedimentos adotados para chegar a esta variável, indicando os limites e as potencialidades de minha investigação.

A construção de uma medida de classe apoiou-se na tradição de estudos quantitativos desta área. Autores como o inglês John H. Goldthorpe e o norte-americano Erik O. Wright, que são os principais representantes dos estudos de classes contemporâneos, utilizam esquemas de classes baseados na estrutura ocupacional, embora ambos pretendam tratar de classes sociais e não de classes ocupacionais. Também no Brasil, a tradição de análises empíricas por classe parte da estrutura ocupacional (ver, por exemplo, Santos, 2002; Scalón, 1999; Pastore e Silva, 1999).

Na operacionalização de uma medida de classe, parti de uma agregação conceitual das ocupações, segundo uma definição de classe que valorizava linhas divisórias como rural/urbano, manual/não-manual, grau de qualificação próprio da ocupação, propriedade e controle sobre os

meios de trabalho. Essa categorização foi posteriormente testada e reagregada a partir de critérios socioeconômicos que destacavam as variações na educação e renda típicas de cada ocupação. Por esse procedimento cheguei a dez estratos ocupacionais, os quais se encontram hierarquizados de acordo com a renda e a escolaridade características de cada ocupação. Na presente análise, os dez estratos foram reagregados em apenas cinco. A classe “trabalhadores rurais” forma sozinha o grupo *baixa rural*. A categoria *baixa urbana* é formada pelos “trabalhadores do serviço doméstico e pessoal” e pelos “trabalhadores da indústria tradicional, dos serviços gerais e ambulantes”, caracterizando-se pelo exercício do trabalho manual pouco qualificado. A categoria *média baixa*, por sua vez, inclui os “supervisores do trabalho manual e trabalhadores da indústria moderna” e os “pequenos proprietários e trabalhadores no comércio estabelecido”, categoria intermediária no que diz respeito à barreira manual/não-manual, que inclui trabalhadores manuais mais qualificados que o grupo precedente e trabalhadores não-manuais menos qualificados que o grupo seguinte. A classe dos “técnicos, artistas e funções de rotina” foi mantida separada, dando origem à denominação *média alta*, grupo caracteristicamente mais escolarizado que o precedente. A classe *alta*, por sua vez, é composta pelos proprietários empregadores, trabalhadores em cargos de direção e pelos profissionais liberais e de nível superior².

Outro ponto importante a ser esclarecido diz respeito à unidade de análise utilizada para medir classe. Tradicionalmente, a classe social da mulher era medida pela posição de seu marido, procedimento que vem sendo questionado diante do crescente trabalho remunerado das mulheres. Minha proposta de uma medida de classe toma a família como unidade de análise, o que tem como

¹ Para uma reflexão crítica sobre as estatísticas como uma forma de construir realidades, ver Besson (1995).

² Os proprietários rurais foram excluídos da análise quando da agregação em cinco classes devido à inconsistência de agrupá-los seja com os trabalhadores rurais (classe baixa rural), seja com os proprietários urbanos (classe alta).

principal objetivo incluir todas as mulheres na análise (inclusive as que não trabalham), o que seria impossível se utilizássemos uma medida individual. Optei, todavia, por uma medida que considera ambos os cônjuges. Para isso utilizei um método semelhante ao proposto por Erikson (1984) em seus estudos de classe, método por ele denominado “*dominance approach*”. No meu caso, esse procedimento consistiu em definir a classe familiar a partir da situação ocupacional daquele cônjuge que estivesse em mais alta posição no mercado de trabalho, ou, no caso da ausência de cônjuge ou de não trabalho de um dos cônjuges, a partir daquele cônjuge que estivesse engajado no mercado de trabalho. O mesmo vale para as filhas solteiras residentes com os pais, que tiveram sua posição de classe definida a partir da ocupação do chefe do domicílio ou cônjuge. O pressuposto é que as experiências vividas no interior da família resultam da interação entre características de seus membros, prevalecendo a posição mais alta na determinação das condições de vida da família.

Adotada a classe social como variável de controle, de forma a evidenciar as múltiplas realidades familiares, senti mais segurança para fazer generalizações sobre as relações mútuas entre trabalho feminino e mudanças na vida familiar. Para analisar adequadamente, ainda que de forma exploratória, questões tão complexas, foi preciso valer-se de diferentes bases de dados. A Pesquisa Nacional por Amostra de

Domicílios (PNAD) de 1984 foi utilizada para analisar a relação entre história familiar e trabalho feminino. Pela Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS/DHS), realizada pela Bemfam em 1996, investigou-se a atitude de mulheres que trabalham em relação à fecundidade, com base nos indicadores de uso de contracepção e desejo de ter mais filhos. Os dados da Pesquisa sobre Padrão de Vida de 1996, por sua vez, permitiram investigar as soluções domésticas encontradas pelas mulheres que trabalham e têm filhos pequenos.

Antes, porém, de analisar as relações entre trabalho feminino e mudanças na família, apresento, na próxima seção, um breve esboço da evolução do trabalho feminino na última década, pela comparação entre dados das PNADs de 1984 e 1996.

O crescimento do trabalho feminino no período 1984-1996

A análise que se segue tem por fim evidenciar a evolução das taxas de atividade de mulheres, em diferentes contextos familiares e segundo sua condição de classe, entre 1984 e 1996. Pretende-se, assim, situar no quadro geral das transformações no trabalho feminino as análises multivariadas a serem esboçadas na segunda parte deste trabalho.

Pela Tabela 1 observa-se que as mulheres que ocupam a condição de filha são as que apresentam as maiores taxas de participação no mercado de trabalho,

TABELA 1
Brasil: participação de mulheres de 15 anos ou mais no mercado de trabalho segundo sua condição no domicílio*

Condição no domicílio	1984	1996
Pessoa de referência	46,2%	46,8%
Cônjuge	30,8%	41,2%
Filho	48,7%	47,2%
Outro parente	27,4%	30,9%
Agregado	34,0%	44,8%
Pensionista	82,1%	77,3%
Total	37,9%	43,2%

Fonte: IBGE, PNADs 1984 e 1996.

* Foram excluídas da análise as empregadas domésticas residentes e seus familiares, ou seja, as categorias empregada doméstica e parente de empregada doméstica.

constatando-se, todavia, uma tendência de redução nesta participação, o que certamente é parte de uma tendência geral de maior permanência dos filhos jovens na escola. As mulheres que ocupam a posição de pessoa de referência no domicílio, por sua vez, mantêm suas já altas taxas de participação (em torno de 46%). Corroborando as análises que apontam o crescimento do trabalho entre mulheres casadas (Bruschini, 2000), nota-se que o percentual de mulheres cônjuges que trabalham salta de 31% em 1984 para 41% em 1996³.

Como se observa na Tabela 2, as taxas de atividade feminina crescem em quase todos os grupos etários, especialmente entre 30 e 49 anos, quando o crescimento chega a ultrapassar os 10 pontos percentuais. A idade mais ativa continua sendo entre 25 e 44 anos, mas nota-se uma

tendência de manutenção da atividade profissional depois desta faixa etária.

A Tabela 3, por sua vez, permite acompanhar a relação entre trabalho feminino e os níveis de escolaridade. Nota-se que a proporção de mulheres trabalhando cresce em todos os níveis de escolaridade, mas o crescimento é mais intenso entre as de nível médio (9 a 11 anos de estudo). Esta tendência provavelmente está relacionada ao tipo de emprego que está sendo criado para mulheres e ao aumento das exigências educacionais no mercado de trabalho. O aumento da participação feminina nos níveis mais baixos de escolaridade também demonstra uma tendência de rompimento com a seletividade de períodos anteriores, quando apenas as mulheres mais escolarizadas trabalhavam (Leme e Wajnman, 2000).

TABELA 2
Brasil: participação de mulheres de 15 anos ou mais no mercado de trabalho segundo grupos de idade

Idade da mulher	1984	1996
15 a 19 anos	36,7%	32,0%
20 a 24 anos	45,0%	49,9%
25 a 29 anos	44,6%	52,6%
30 a 34 anos	45,9%	55,0%
35 a 39 anos	46,5%	56,9%
40 a 44 anos	45,3%	56,5%
45 a 49 anos	38,9%	50,2%
50 a 54 anos	32,8%	42,1%
55 a 59 anos	26,2%	33,5%
60 ou mais anos	10,1%	12,4%

Fonte: IBGE, PNADs 1984 e 1996.

TABELA 3
Brasil: participação de mulheres de 15 anos ou mais no mercado de trabalho segundo faixas de escolaridade

Anos de estudo	1984	1996
0 a 4 anos	33,0%	34,9%
5 a 8 anos	37,1%	41,9%
9 a 11 anos	48,0%	54,0%
12 anos e mais	70,4%	71,5%

Fonte: IBGE, PNADs 1984 e 1996.

³ Para garantir a comparabilidade entre os dados foi utilizada, em ambas as datas, a pergunta relativa a se trabalhou ou tinha trabalho na semana de referência. Não se aderiu, portanto, à nova definição de PEA empregada a partir de 1992.

TABELA 4
Brasil: participação de mulheres chefes ou cônjuges no mercado de trabalho segundo o tipo de família

Tipo de família	1984	1996
Casal com filhos	30,8%	42,1%
Casal sem filhos	31,1%	38,7%
Monoparentais	48,3%	49,9%
Unipessoais	41,3%	36,2%
Outros	43,7%	41,7%

Fonte: IBGE, PNADs 1984 e 1996.

TABELA 5
Brasil: participação de mulheres de 15 anos ou mais no mercado de trabalho segundo a idade de seu filho mais novo

Idade do filho	1984	1996
0 a 2 anos	30,5%	36,4%
3 a 4 anos	39,4%	48,3%
5 a 6 anos	43,1%	52,0%
7 a 14 anos	43,1%	55,1%

Fonte: IBGE, PNADs 1984 e 1996.

TABELA 6
Brasil: percentual de esposas que trabalham segundo a classe do marido*

Classe do marido	1984	1996
Baixa rural (I – Trabalhadores rurais)	31,9%	44,7%
Baixa urbana (II e III)	30,3%	40,7%
II. Trabalhadores do serviço doméstico e pessoal	35,4%	45,7%
III. Trabalhadores da indústria tradicional, dos serviços gerais e ambulantes	30,0%	40,9%
Média baixa (IV e VI)	29,5%	46,5%
IV. Supervisores do trabalho manual e trabalhadores da indústria moderna	26,0%	53,3%
VI. Pequenos proprietários e trabalhadores no comércio estabelecido	34,8%	38,2%
V. Proprietários rurais	24,0%	43,4%
Média alta (VII. Técnicos, artistas e funções de rotina)	39,6%	47,4%
Alta (VIII, IX e X)	40,0%	52,5%
VIII. Proprietários empregadores e cargos de direção	37,7%	51,5%
IX. Profissionais de nível superior	44,2%	54,5%
X. Profissionais liberais	48,4%	56,2%
Total	32,4%	45,1%

Fonte: IBGE, PNADs 1984 e 1996.

*Apenas nesta tabela foi utilizada a classe do marido. Nas demais, indicou-se a classe familiar a partir da posição ocupacional mais alta entre os cônjuges.

Na Tabela 4 concentro-me apenas nas mulheres chefes ou cônjuges para avaliar em que medida o trabalho feminino está relacionado a mudanças na estrutura familiar. Onde mais cresceu o trabalho feminino foi nas famílias compostas por casais com filhos, seguidas dos casais sem filhos. As mulheres chefes de famílias monoparentais permanecem sendo as que mais se encontram engajadas no mercado de trabalho, mas o crescimento do trabalho feminino nesta categoria é mais modesto. Nos tipos de família unipessoais e outros decresce o trabalho feminino. Pode-se supor que isto se deva ao fato de serem estes os arranjos familiares em que se encontram mais freqüentemente mulheres idosas.

Pela Tabela 5 nota-se que mais mulheres trabalhavam com filhos pequenos em 1996 do que em 1986. Cresce a participação no mercado de trabalho de mulheres com filhos de até 14 anos. Neste grupo, o crescimento é maior entre as com filhos mais velhos (7 a 14 anos), mas é acompanhado também pelas mulheres com filhos de idades inferiores.

Analisando, a seguir, as mulheres unidas que trabalhavam ou tinham trabalhado pela classe do marido. Tem sido comum nos estudos sobre o trabalho feminino derivar a opção feminina pelo trabalho das condições de seu marido. Em geral, parte-se da idéia de que a insuficiência de renda do marido é que leva a mulher a trabalhar. Os dados da Tabela 6 não corroboram esta visão. Mostram, ao contrário, que a condição de trabalho da mulher tende a crescer com a posição de classe do marido, até porque a seletividade conjugal (endogamia de classe) faz com que mulheres mais educadas (e que, portanto, têm melhores chances de trabalho) encontrem-se casadas com homens de mais altas posições sociais.

Há, todavia, uma certa tendência de convergência nas taxas de participação feminina no mercado de trabalho, que em 1996 são sempre superiores a 40%. Isto sinaliza uma mudança cultural de maiores proporções, e não um simples efeito de crises ou da ampliação do padrão de consumo, como se observa na Tabela 6.

Trabalho feminino e vida familiar: investigando relações

Nesta seção, utilizo análises multivariadas para avaliar o peso de diferentes ordens de fatores nas chances de uma mulher trabalhar fora. Num primeiro momento são analisadas todas as mulheres e, depois, apenas as chefes e cônjuges.

Evidências sobre o impacto da vida familiar no trabalho feminino já foram fornecidas por diversos estudos. Quanto ao estado civil, tem sido observado um aumento da participação das mulheres casadas, acompanhado de uma redução na segregação entre ocupações predominantemente preenchidas por casadas ou solteiras, o que pode ser atribuído, ao menos em parte, a um impacto benéfico da licença maternidade (Rios-Neto e Batista, 1998). As características do ciclo de vida familiar também importam, sobretudo quando se trata de famílias com filhos pequenos. Rios-Neto (1996), avaliando dados de 1983 para mulheres urbanas casadas, concluiu que, na hipótese mais modesta, pelo menos os filhos menores de um ano têm um efeito significativo nas possibilidades de a mulher estar trabalhando.

Na Tabela 7 apresento as chances, no universo de todas as mulheres de 15 anos e mais, de estar trabalhando, segundo características individuais (idade, anos de estudo e cor), de sua localidade de residência (região e área, para controlar diferenças no mercado de trabalho) e de sua vida familiar atual e passada (condição na família, renda familiar exclusiva a da mulher, se alguma vez esteve unida, se se uniu com menos de 20 anos, se viveu união consensual, separou-se ou ficou viúva, e a existência de filhos e idade do mais novo).

Pelos dados de 1984, comparadas à região Nordeste, nas regiões Sudeste e Centro-Oeste a mulher tem menores chances de estar trabalhando fora, enquanto no Sul tem maiores chances e no Norte tem chances semelhantes às do Nordeste. Já as mulheres que vivem em área urbana têm 25% menos chance que as de área rural de estarem trabalhando.

A variável idade foi utilizada como controle, demonstrando, como esperado, que a atividade feminina é maior nas faixas intermediárias. A educação, que também é importante na predição do trabalho feminino, apresenta o efeito de cada ano a mais de estudo representar 16% mais chance de inserção ocupacional. Quanto à cor, ressalta-se que os grupos não-brancos possuem maior chance de se encontrar trabalhando, com as mulheres pretas tendo 50% a mais de chance que as brancas de estarem empregadas.

As características familiares também se mostraram importantes. A renda familiar apresenta o efeito de reduzir as chances de a mulher trabalhar, dando validade ao argumento de que o trabalho feminino expressa, em parte, necessidades econômicas familiares. O fato de a mulher ser “chefe” mais que dobra suas chances de estar trabalhando se comparada às mulheres que ocupam a posição de cônjuges em seus domicílios. Mulheres que ocupam a posição de filha, outra parente ou agregada e pensionista também apresentam maiores chances de estar trabalhando que as esposas, demonstrando que estas últimas estão proporcionalmente menos representadas no mercado de trabalho.

O histórico de uniões das mulheres revelou algumas relações interessantes. Por exemplo, ter se unido alguma vez reduz pela metade as chances de a mulher estar trabalhando; ter vivido união consensual aumenta em 10% as chances de trabalho feminino; a idade da união (o fato de ter se unido antes dos 20 anos) não se mostrou relevante; o fato de ter rompido alguma união aumenta em quase 50% a chance de a mulher trabalhar; o fato de ter ficado viúva reduz em 15% as chances de trabalho extradoméstico. Minha expectativa de que as mudanças na família favorecessem o trabalho feminino mostraram-se válidas, na medida em que o fato de ter vivido união consensual ou ter se separado aumenta as chances de a mulher trabalhar fora. A idade do filho mais novo também é um preditor importante, demonstrando que mulheres

com filhos mais velhos, ou sem filhos, têm, progressivamente, mais chances de trabalhar fora.

A Tabela 8 apresenta dados para 1984 e 1996 que incluem apenas as mulheres chefes ou cônjuges. Neste caso, excluí a variável condição na família, substituída pelo tipo de arranjo familiar, e incluí o número de filhos tidos, como indicativo do efeito da vida reprodutiva da mulher.

A comparação entre as duas regressões sugere mudanças nos efeitos das variáveis sobre o engajamento das mulheres no mercado de trabalho. Nota-se que em 1996 as diferenças regionais se reduzem, persistindo apenas um maior engajamento no trabalho por parte das mulheres da região Sul. A diferença entre áreas urbanas e rurais permanece significativa e aumenta ligeiramente. Quanto às diferenças entre os grupos de idade das mulheres, nota-se que estas se tornam menores em 1996, se comparadas a 1984, quando o grupo de 35 a 44 anos tinha chances mais de três vezes maiores de estar trabalhando que as mulheres jovens. O efeito da variável cor também se reduz em 1996, embora persista sendo significativa a maior frequência de trabalho entre mulheres pretas e pardas, se comparadas às brancas. O efeito da escolaridade (medida em anos de estudo) torna-se menor, passando de 16,5% para 13%, o que provavelmente se deve à mudança, constatada por Leme e Wajnman (2000), no padrão anterior, em que apenas as mulheres mais escolarizadas trabalhavam, porque para elas o custo/benefício do engajamento profissional era menor.

Analisando-se o tipo de arranjo familiar, nota-se que, tomando como base para a comparação os casais com filhos (modelo tradicional em relação ao qual se pensa as mudanças na família), as mulheres que se encontravam no arranjo casal sem filhos apresentavam, em 1996, chances 22% maiores de estarem se dedicando a trabalho extradoméstico⁴. Já as mulheres chefes de famílias monoparentais apresentavam, em 1984 e em 1996, chances de dedicação ao

⁴ Note-se que em 1984 o efeito era de apenas 5% e não era significativo.

TABELA 7
Brasil: chances de a mulher (de 15 anos e mais) ter trabalhado na semana de referência

Variáveis	Sig	Exp(B)
Região		
Nordeste	,0000	
Sudeste	,0000	,9073
Sul	,0000	1,2194
Centro-Oeste	,0000	,7016
Norte	,6600	,9780
Área		
Rural	,0000	
Urbana	,0000	,7642
Metropolitana	,0000	,8432
Renda familiar, exclusive mulher		
até 2 SM	,0000	
Mais de 2 até 5 SM	,0000	,6877
Mais de 5 até 10 SM	,0000	,4801
Mais de 10 SM	,0000	,3714
Idade da mulher		
15 a 19 anos	,0000	
20 a 24 anos	,0000	1,7162
25 a 29 anos	,0000	2,4218
30 a 34 anos	,0000	3,3318
35 a 39 anos	,0000	3,9161
40 a 44 anos	,0000	3,9714
45 a 49 anos	,0000	2,9756
50 a 54 anos	,0000	2,2052
Anos de estudo	,0000	1,1616
Cor		
Branca	,0000	
Preta	,0000	1,5069
Parda	,0000	1,1284
Amarela	,0006	1,3669
Condição na família		
Cônjuge	,0000	
Chefe	,0000	2,2602
Filha	,0000	1,6165
Outro parente	,0265	1,2091
Agregada/pensionista	,0000	2,9523
Alguma vez união consensual	,0002	1,1015
Alguma vez unida	,0000	,4712
Alguma união precoce	,2354	,9796
Alguma vez separada	,0000	1,4779
Alguma vez viúva	,0005	,8607
Idade do filho mais novo		
Menos de 1	,0000	
1 ano	,0000	1,1698
2 anos	,0000	1,3581
3 anos	,0000	1,5842
4 anos	,0000	1,5714
5 anos	,0000	1,7912
6 anos	,0000	1,8088
7 a 14 anos	,0000	1,8964
15 anos e mais	,0000	1,7434
Sem filhos	,0000	1,8250
Constante	,0000	
Qui-quadrado	,0000	9651,647
N	82.013	
Poder preditivo	69,60%	

Fonte: IBGE, PNAD 1984.

TABELA 8
Brasil: chances de a mulher ter trabalhado na semana de referência – mulheres de 15 a 54 anos, chefes e cônjuges

Variáveis	Regressão 1984		Regressão 1996	
	Sig	Exp(B)	Sig	Exp(B)
Região				
Nordeste	,0000		,0000	
Sudeste	,0000	,8942	,5893	,9869
Sul	,0000	1,1873	,0000	1,4687
Centro-Oeste	,0000	,6883	,0026	,8956
Norte	,8671	1,0089	,3503	,9581
Área				
Rural	,0000		,0000	
Urbana	,0000	,7815	,0000	,7509
Metropolitana	,0000	,8902	,0000	,6952
Idade				
15 a 19 anos	,0000		,0000	
20 a 24 anos	,0000	1,7855	,0000	1,8485
25 a 29 anos	,0000	2,6425	,0000	2,4277
30 a 34 anos	,0000	3,7080	,0000	2,8819
35 a 39 anos	,0000	4,3163	,0000	3,1466
40 a 44 anos	,0000	4,2450	,0000	3,1886
45 a 49 anos	,0000	3,0762	,0000	2,5914
50 a 54 anos	,0000	2,2269	,0000	1,8268
Cor				
Branca	,0000		,0000	
Preta	,0000	1,5219	,0000	1,2719
Parda	,0000	1,1559	,0000	1,1110
Outra	,0027	1,3242	,2942	1,1269
Anos de estudo	,0000	1,1654	,0000	1,1297
Renda familiar				
Até 2 SM	,0000		,0000	
Mais de 2 a 5 SM	,0000	,6698	,0000	,7848
Mais de 5 a 10 SM	,0000	,4584	,0000	,6110
Mais de 10 SM	,0000	,3511	,0000	,4877
Família				
Casal c/filho	,0000		,0000	
Casal s/filho	,2830	1,0546	,0000	1,2237
Monoparental	,0000	2,5812	,0000	2,1832
Unipessoal	,0001	1,6326	,0000	2,3109
Outro	,0000	3,3281	,0000	2,7335
Nº de filhos				
0	,0000		,0004	
1	,9132	,9922	,8493	,9899
2	,0160	,8396	,0508	,9013
3	,0966	,8839	,0510	,8979
4	,0500	,8604	,7005	,9775
5 e mais	,8641	,9868	,6356	,9720
Idade filho				
< 1 ano	,0000		,0000	
1 ano	,0000	1,1654	,0000	1,3825
2 anos	,0000	1,3270	,0000	1,5695
3 anos	,0000	1,5770	,0000	1,9117
4 anos	,0000	1,5230	,0000	1,9755
5 anos	,0000	1,8028	,0000	2,1585
6 anos	,0000	1,8200	,0000	2,1595
7 a 14 anos	,0000	1,9169	,0000	2,6796
15 e mais/Sem filho	,0000	1,8526	,0000	2,4128
Constante	,0000		,0000	
Qui-quadrado (df = 37)	8280,261	,0000	6889,607	,0000
N	76.470		59.482	
Poder preditivo	69,46%		63,47%	

Fonte: IBGE, PNADs 1984 e 1996.

trabalho 158% e 118% maiores, respectivamente, que as de esposas com filhos. As mulheres que residiam sozinhas têm suas chances de dedicação ao trabalho ampliadas no intervalo observado, passando de 63% a mais de chance em 1984 para 131% em 1996. As mulheres que residiam em outros tipos de arranjos são as que apresentam maior chance de trabalho se comparadas às esposas – 230% em 1984 e 173% em 1996. O fato de a mulher ter apenas um filho não afeta suas chances de dedicação ao trabalho se comparada às mulheres sem filhos. Já o fato de ter de dois a quatro filhos em 1984 e de dois a três em 1996⁵ está associado a chances em torno de 10% menores de estar trabalhando. Parturições mais elevadas (cinco e mais em 1984 e quatro e mais em 1996), por sua vez, não estão associadas à redução da chance de trabalho das mulheres, possivelmente porque parte destes filhos assume responsabilidades domésticas, liberando a mãe para o mercado de trabalho.

Se as mulheres que têm maior número de filhos têm uma chance ligeiramente menor de trabalhar do que as que não têm, o efeito decisivo não parece ser o número de filhos, mas sim a idade do filho mais novo. Nota-se, em ambas as datas, que a chance de a mulher estar trabalhando é progressivamente maior à medida que seu filho mais novo cresce. Observe-se ainda que este efeito é mais forte em 1996.

Para lançar mais luz sobre esta questão, na seção seguinte observo como os filhos pequenos afetam a rotina profissional das mães.

Soluções domésticas: trabalho feminino em famílias com filhos pequenos em 1996

Um importante fator que possibilita ou não o trabalho de mulheres que são mães são os arranjos de cuidado infantil que permitem a ausência da mulher em casa. Os dados que exploraremos sugerem ser esta uma solução privada. Essa não é necessariamente a regra, já que políticas públicas que contemplem este problema podem favorecer o engajamento profissional das mulheres⁶. O que se observa, todavia, é que como se trata de uma solução privada, o custo/benefício desse engajamento profissional é menor para as mais educadas e de famílias com maior poder aquisitivo. Nesta seção focalizarei, portanto, a situação de famílias com filhos pequenos em 1996, de forma a evidenciar como são (ou não) resolvidos, em cada classe social, os conflitos entre vida profissional e vida familiar.

Já tivemos a oportunidade de ver como a idade do filho mais novo tem impacto nas taxas de atividade femininas. A Tabela 9 apresenta uma informação mais cuidadosa, porque inclui apenas filhos efetivamente residindo no domicílio. Nota-se que a maior parte das mulheres que tinham filhos pequenos (especialmente os com até 1 ano de idade) não trabalhava em 1996. Num extremo estão as mulheres da classe baixa rural que tinham filho de 0 a 1 ano (80% delas não trabalhavam) e, no outro, as mulheres da classe alta que tinham filho de 2 a 5 anos (aproximadamente 50% delas não trabalhavam).

TABELA 9

Nordeste e Sudeste: percentual de mulheres chefes ou cônjuges com filhos de 0 a 5 anos residindo no domicílio que não trabalham, segundo a idade do filho mais novo e a classe social da família

Classe social da família	0 a 1 ano	2 a 5 anos
Baixa rural	80,0%	72,5%
Baixa urbana	72,9%	68,4%
Média	67,5%	64,5%
Alta	62,6%	49,8%

Fonte: IBGE, Pesquisa sobre Padrão de Vida (PPV)*, 1996.

* Note-se que a PPV, cujos dados são utilizados nesta seção, cobre apenas as regiões Nordeste e Sudeste do país.

⁵ Foram propostas faixas de número de filhos diferentes para as duas datas (1984 e 1996) devido ao declínio significativo na fecundidade entre estes anos, que transforma a percepção social do que seja "muitos filhos".

⁶ Ver, por exemplo, as análises sobre ações afirmativas que possibilitem o trabalho feminino (Delgado *et al.*, 2002).

A racionalidade envolvida na decisão de muitas mulheres das classes mais baixas de abandonar o trabalho aparece em alguns estudos. Os ganhos correspondentes à qualificação da mãe parecem não compensar os custos de substituição da mãe no cuidado com a criança. Se esta não deixa de ser uma verdade, a motivação econômica certamente se soma às dificuldades decorrentes das expectativas de gênero, que dificultam um encaminhamento diferente para a situação. Junto aos argumentos de que o salário não compensaria estão afirmações de que “o marido achou melhor eu ficar em casa”. Na verdade, não só o marido, mas toda a sociedade, suas leis e agentes (chefias e colegas de trabalho, por exemplo), parecem dizer à mulher com filhos pequenos que seu lugar agora é em casa (Soares, 1998).

A possibilidade de a mulher continuar trabalhando depois do nascimento de um filho certamente depende muito das possibilidades concretas de resolver o cuidado com filhos pequenos. As alternativas variam com a condição econômica da família e também com a disponibilidade de substitutos para a mãe no domicílio ou na rede de parentesco. Marteleto (1998) constatou a importância da estrutura familiar na definição do tipo de arranjo de cuidado infantil a ser adotado: famílias chefiadas por mulheres tendiam, por terem menor renda e maior apoio de parentes, a deixar os filhos sob cuidados de parentes. Já famílias com maior renda e ambos os pais tendiam a optar mais por arranjos formais como creches e empregadas.

Pela Tabela 10 observa-se que a porcentagem de crianças que freqüentam

estabelecimento de ensino cresce progressivamente com a condição de classe, variando de 5% na classe mais baixa até quase 50% na classe mais alta.

Este dado deve-se, pelo menos em parte, ao fato de a estrutura de creches públicas no país ser bastante precária. Houve, sem dúvida, um crescimento substancial do número de crianças atendidas por creches desde os anos 1970, em grande parte motivado por demandas de movimentos de mulheres. A Constituição de 1988, por sua vez, incluiu o direito ao atendimento em creche e pré-escola para crianças de 0 a 6 anos de idade entre os deveres do Estado, subordinando esse setor, antes de cunho assistencialista, à área de educação (Rosemberg, 1989; Campos *et al.*, 1995). Todavia, na prática, ainda é atribuição das mães o cuidado das crianças menores.

Assim, quando se considera quem cuida da criança, incluindo tanto as que freqüentam quanto as que não freqüentam escolas, vê-se que a maior parte das crianças é cuidada por suas próprias mães, percentual que decresce à medida que se observam as posições mais altas na hierarquia de classes, oscilando de 94,1% na classe mais baixa para 68,6% na classe mais alta (Tabela 11). Os demais arranjos usados para substituir a mãe (parentes ou empregadas) logicamente crescem também com a condição de classe. Dentre os arranjos alternativos à mãe, o cuidado por parentes predomina fortemente nas classes baixas e na média e as empregadas domésticas, na classe alta. Estes dados certamente ajudam a entender por que tantas mães com filhos pequenos, especialmente nas camadas baixas, se ausentam do mercado de trabalho.

TABELA 10

Nordeste e Sudeste: criança de 0 a 5 anos que freqüenta estabelecimento de ensino por classe social da família

Classe social da família	Sim	Não
Baixa rural	5,0%	95,0%
Baixa urbana	14,3%	85,7%
Média	21,6%	78,4%
Alta	49,3%	50,7%
Total	19,8%	80,2%

Fonte: IBGE, Pesquisa sobre Padrão de Vida (PPV), 1996.

TABELA 11
Nordeste e Sudeste: com quem fica a criança de 0 a 5 anos (inclui as que freqüentam ou não creche/escola)
por classe social da família

Classe social da família	Mãe	Outros parentes	Empregada doméstica/ Mãe crecheira	Outra pessoa/Sozinha
Baixa rural	94,1%	5,1%	,3%	,5%
Baixa urbana	87,1%	10,7%	,9%	1,2%
Média	79,9%	15,1%	2,9%	2,0%
Alta	68,6%	13,6%	12,7%	5,1%
Total	83,6%	11,4%	3,1%	1,9%

Fonte: IBGE, Pesquisa sobre Padrão de Vida (PPV), 1996.

Diante das constatadas dificuldades encontradas pelas mulheres, sobretudo das camadas sociais mais baixas, em trabalhar quando existem filhos pequenos, haveria entre as mulheres trabalhadoras uma menor motivação para ter filhos? Refletiremos sobre isto a seguir.

Mudanças na condição da mulher na família e preferências reprodutivas

O estudo das preferências reprodutivas da população brasileira tem revelado uma tendência de homogeneização, "dado que em todas as agrupações a intenção de não ter mais crianças é bastante uniforme" (Wong, 1998, p. 2.987). Metodologias rigorosas têm sido empregadas para estimar a fecundidade futura com base em indicadores de fecundidade desejada e intenções reprodutivas. Meu objetivo, na presente seção, é bem mais modesto, visto que pretendo apenas traçar possíveis relações entre mudanças na condição da

mulher dentro da família e suas atitudes relativas à reprodução. Isto será feito por meio de duas regressões logísticas apresentadas a seguir, mas antes disso explorarei as semelhanças e diferenças entre mulheres de diferentes classes sociais no que diz respeito às suas atitudes em face da reprodução.

Além da tendência de redução nas diferenças por classe quanto à taxa de fecundidade das mulheres brasileiras, que discuti em outro trabalho (Itaboraí, 2001), pode-se notar, pela Tabela 12, que as preferências reprodutivas de mulheres de diferentes classes se aproximam. Este dado corrobora as descobertas de Wong (1998), que, usando a educação como *proxy* de condição socioeconômica, havia comparado o número ideal de filhos para mulheres de diferentes níveis educacionais.

A Tabela 12 mostra que as mulheres provenientes das classes sociais urbanas apresentam um número ideal de filhos em torno da média nacional (2,35) e que apenas as mulheres da classe baixa rural

TABELA 12
Brasil: preferência reprodutiva e uso de contracepção moderna por classe familiar
– mulheres de 15 a 49 anos

Classe social da família	Número médio ideal de filhos	Deseja outro filho ou indecisa	Não quer mais e esterilizada	Considera-se infecunda ou não exposta	Uso de método moderno*
Baixa rural	2,73	18,0%	64,8%	17,2%	59,8%
Baixa urbana	2,36	20,1%	59,2%	20,7%	66,7%
Média baixa	2,24	23,7%	57,7%	18,6%	71,9%
Média alta	2,25	24,8%	47,6%	27,7%	67,3%
Alta	2,30	25,6%	56,5%	18,0%	70,8%
Total	2,35	22,2%	56,8%	21,0%	67,6%

Fonte: Bemfam, Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS), 1996.

* Exclui grávidas e mulheres que disseram nunca ter tido relações sexuais. Os demais indicadores incluem todas as mulheres de 15 a 49 anos pesquisadas.

apresentam um número ideal de filhos cerca de 0,4 superior à média nacional. O percentual de mulheres que afirmaram não desejar ter mais filhos (incluindo as que concretizaram esta decisão pela esterilização) é bastante grande, abrangendo mais da metade das mulheres de todas as classes, com valores mais altos nas camadas mais baixas. Dentre as mulheres que desejam ou encontram-se indecisas sobre a possibilidade de ter filhos conta-se um quarto das mulheres das classes média alta e alta, reduzindo-se este percentual nas camadas mais baixas. Todavia, o uso de contracepção moderna, considerado aqui como um indicador de que a mulher possui realmente controle sobre sua vida reprodutiva, apesar de alto em todas as classes, é cerca de 10% maior na camada social mais alta se comparada à mais baixa.

Nas regressões logísticas apresentadas na Tabela 13 avaliam-se quais variáveis afetam a atitude feminina de restringir a fecundidade. O universo inclui todas as mulheres pesquisadas na PNDS/DHS de 1996, excluindo apenas, no que diz respeito ao uso de contracepção, as mulheres que não haviam tido relação sexual ou que se encontravam grávidas.

Na Tabela 13 consideram-se as chances de mulheres de 15 a 49 anos desejarem ter mais um filho. Diversas variáveis de controle foram observadas, permitindo verificar, por exemplo, que as chances de desejar um novo filho são maiores entre mulheres das regiões mais desenvolvidas (Rio de Janeiro e Sul), mais jovens (20 a 29 anos), católicas e de outras religiões que não as especificadas em questionário. Nota-se que, como antes sugerido quanto às preferências reprodutivas, não há diferenças significativas por classe. Constata-se, todavia, que mulheres de cor preta têm chances cerca de 30% menores que as brancas de desejar uma nova gravidez.

Quanto às variáveis familiares e de atividade profissional, focos centrais desta

análise, nota-se que mulheres unidas consensualmente têm cerca de 20% a mais de chance de desejar ter um filho do que as casadas formalmente. As separadas consensualmente e as divorciadas, por sua vez, apresentam menores chances de desejar um novo filho – entre 70% a 25% menos chances do que as mulheres casadas. O fato de a mulher trabalhar fora, por sua vez, reduz em 12% a chance de ela desejar ter filhos.

Na Tabela 13 encontram-se, ainda, regressões acerca das chances de usar métodos contraceptivos modernos⁷. Comparadas às residentes no Nordeste, as mulheres de todas as demais regiões (exceção feita à região Norte) apresentam maior acesso à contracepção moderna. A contracepção é usada igualmente por mulheres de todas as idades, seu uso declinando apenas a partir dos 40 anos. Se a filiação religiosa não afeta o uso de contracepção, classe e cor mostram-se importantes. As diferenças por classe são significativas, aumentando o uso de contracepção moderna conforme se observam os níveis mais altos da hierarquia social. Mulheres pardas, pretas e asiáticas, por sua vez, têm menor acesso a métodos contraceptivos modernos que as brancas. Quanto à situação conjugal, nota-se que mulheres em união consensual usam menos contracepção moderna, o que mostra consistência com seu maior desejo de ter filhos. Mulheres em outra condição conjugal que não casada ou unida, por sua vez, têm suas chances de usar contracepção moderna bastante aumentadas. Mulheres que trabalham têm 15% a mais de chance de controlar a sua fecundidade com métodos modernos⁸.

Dentre as mulheres unidas (Tabela 14), o fato de trabalhar não afeta o desejo de ter filhos, mas aumenta em 17% a chance de usar contracepção moderna. Nota-se, ainda, que as mulheres recasadas apresentam 65% mais chance de desejar um novo filho

⁷ Note-se que, além das variáveis de controle antes enunciadas, inclui informação sobre a existência de parceiro regular ou não como controle para uso de contracepção moderna.

⁸ Ao optar por utilizar, nas regressões desta seção, o controle por classe social familiar (foco deste estudo), não inclui a variável escolaridade, que é a ela correlacionada. Não se pode, todavia, ignorar que a variável “trabalhar fora” possa estar assumindo, em parte, o efeito de escolaridade, já que são as mulheres mais escolarizadas que mais freqüentemente trabalham fora.

TABELA 13
Brasil: chances de a mulher desejar ter mais um filho e chances de usar método de contracepção moderno –
mulheres de 15 a 49 anos

Variáveis	Desejo de ter mais filhos	Exp(B)	Uso método moderno	Exp(B)
	Sig		Sig	
Região				
Nordeste	,0002		,0000	
Rio de Janeiro	,0719	1,2241	,0000	1,8100
São Paulo	,1336	1,1410	,0005	1,3141
Sul	,0000	1,5709	,0000	1,5220
Centro-Leste	,4352	1,0835	,0011	1,3525
Norte	,1297	1,2480	,5169	1,0870
Centro-Oeste	,2539	1,1482	,0000	2,3779
Idade				
15-19	,0000		,0000	
20-24	,0000	1,6819	,2426	1,1548
25-29	,0002	1,4348	,8171	1,0289
30-34	,0133	,7621	,6427	1,0612
35-39	,0000	,3647	,1527	,8273
40-44	,0000	,1860	,0001	,5928
45-49	,0000	,0752	,0000	,3345
Classe				
Baixa rural	,3752		,0000	
Baixa urbana	,8696	,9826	,0000	1,7019
Média baixa	,7114	1,0439	,0000	2,2295
Média alta	,2243	1,1552	,0000	2,2185
Alta	,6584	1,0642	,0000	2,4808
Situação conjugal				
Casada	,0000		,0000	
Unida consensual	,0388	1,2019	,0000	,6928
Nunca unida	,0000	,1681	,0000	2,0104
Viúva	,6671	,8511	,0000	3,2436
Divorciada	,0014	,2992	,0000	3,4186
Separada consensual	,0155	,7460	,0001	1,7766
Cor				
Branca	,1660		,0049	
Parda	,6356	,9705	,0208	,8756
Preta	,0287	,7185	,0150	,7360
Asiática	,2138	1,8948	,0101	,3529
Indígena	,8295	,6969	,7049	,0032
Religião				
Não tem	,3562		,9403	
Espírita kardecista	,1171	1,4508	,9589	,9891
Umbanda/candomblé	,4278	1,2881	,4990	,8212
Oriental	,8546	1,1048	,5692	,7573
Evangélica	,5473	1,0956	,8288	,9699
Protestante tradicional	,2130	1,3644	,5776	11,377
Católica	,0917	1,2454	,8688	,9798
Judaica	,4038	,5007	,2108	,5445
Outra	,0822	2,8330	,9534	,9652
Nº de filhos				
Nenhum	,0000		,0000	
Um	,0000	,5019	,0000	2,4083
Dois	,0000	,0782	,0000	5,3522
Três	,0000	,0237	,0000	1,1025
Quatro	,0000	,0305	,0000	8,9950
Cinco e mais	,0000	,0362	,0000	7,0977
Trabalha – Não/Sim	,0519	,8834	,0131	1,1483
Parceiro				
Não tem	-	-	,0000	
Regular ou unida	-	-	,0000	1,2800
Ocasional	-	-	,0000	5,6240
Constante	,0166			
Qui-quadrado (df)	,0000 (39)	3176,311	,0000 (41)	1803,256
N	10.514		8.636	
Poder preditivo	84,12%		75,56%	

Fonte: Bemfam, Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS), 1996.

TABELA 14
Brasil: chances de a mulher desejar ter mais um filho e chances de usar método de contracepção moderno –
mulheres unidas de 15 a 49 anos

Variáveis	Desejo de ter mais filhos		Uso de método moderno	
	Sig	Exp(B)	Sig	Exp(B)
Região				
Nordeste	,4153		,0000	
Rio de Janeiro	,7147	,9448	,0000	1,8357
São Paulo	,8915	1,0163	,0001	1,4325
Sul	,0706	1,2518	,0000	1,5977
Centro-Leste	,3180	1,1532	,0052	1,3458
Norte	,6941	,9199	,7007	1,0602
Centro-Oeste	,8738	,9745	,0000	2,4102
Idade				
15-19	,0000		,0000	
20-24	,1347	,7864	,8492	1,0327
25-29	,0004	,5711	,3522	,8583
30-34	,0000	,2600	,9635	,9923
35-39	,0000	,1386	,0154	,6583
40-44	,0000	,0649	,0000	,4783
45-49	,0000	,0291	,0000	,2495
Classe				
Baixa rural	,7964		,0000	
Baixa urbana	,5840	,9313	,0000	1,6472
Média baixa	,6050	,9295	,0000	2,2613
Média alta	,8784	,9766	,0000	2,3243
Alta	,2502	,8206	,0000	2,6558
União consensual	,5963	,9489	,0000	,6757
Recasamento	,0002	1,6480	,9741	,9968
Cor				
Branca	,8733		,0024	
Parda	,9581	,9955	,2381	,9247
Preta	,5203	,8687	,0114	,6853
Asiática	,3750	1,8117	,0015	,2309
Indígena	,9352	,8548	,7034	,0030
Religião				
Não tem	,2591		,7230	
Espírita kardecista	,0946	1,7552	,3327	,7789
Umbanda/candomblé	,1728	,4711	,3759	,7033
Oriental	,1337	2,6166	,5744	,7495
Evangélica	,1040	1,4037	,6112	,9171
Protestante tradicional	,8208	1,0880	,6816	1,1231
Católica	,0818	1,3719	,7005	,9434
Judaica	,4970	,0053	,0959	,4041
Outra	,5545	1,6333	,4953	,6378
Nº de filhos				
0	,0000			
Um	,0000	,3168	,0000	3,3221
Dois	,0000	,0555	,0000	7,0465
Três	,0000	,0177	,0000	13,2945
Quatro	,0000	,0181	,0000	11,5167
Cinco e mais	,0000	,0257	,0000	8,8288
Trabalha	,7610	,9751	,0105	1,1748
Constante	,0000			
Qui-quadrado	,0000(df 36)	2799,509	,0000(df 36)	844,038
N	7.082		6.65	
Poder preditivo	87,18%		76,68%	

Fonte: Bemfam, Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS), 1996.

se comparadas às mulheres em primeira união, enquanto as mulheres em união consensual não apresentam diferenças quanto ao desejo de maternidade se comparadas às mulheres em união formal. Observa-se que, quando se trata de desejar mais um filho, as variáveis de história familiar são mais relevantes que as socioeconômicas, não havendo diferenças significativas por classe ou cor.

Mais uma vez notamos que, se há uma certa convergência nas preferências reprodutivas no sentido de restrição da fecundidade, persistem desigualdades no uso de contracepção moderna que penalizam mulheres das camadas mais baixas, não-brancas e residentes nas regiões menos desenvolvidas. Nota-se que mulheres em união consensual usam métodos

modernos com menos freqüência que as unidas formalmente e que o fato de a união ser um recasamento não afeta o uso de contracepção.

Como foi observada uma maior chance de desejar ter mais filhos entre as mulheres em união consensual (Tabela 13) e recasadas (Tabela 14), decidi avaliar em mais detalhes as características destas mulheres. Pode-se notar, pelas Tabelas 15 e 16, que as mulheres recasadas e as unidas consensualmente que querem ter mais filhos são, em geral, mais jovens e tiveram menos filhos do que as em situação conjugal similar que não querem ter mais filhos. De qualquer forma, é preciso realçar que as mudanças na família e na condição de trabalho das mulheres não se encontram linearmente relacionadas entre si ou com o

TABELA 15
Brasil: desejo de ter mais um filho segundo a idade da mulher – mulheres recasadas e mulheres em união consensual

Idade da mulher	Recasadas que desejam ter mais um filho	Recasadas que não desejam	Em união consensual que desejam ter mais um filho	Em união consensual que não desejam
15-19	7,0%	1,3%	25,3%	5,6%
20-24	27,3%	6,4%	29,0%	13,2%
25-29	21,5%	12,5%	23,3%	21,3%
30-34	23,3%	19,7%	12,3%	19,6%
35-39	11,0%	23,9%	7,3%	18,6%
40-44	8,1%	18,9%	2,0%	11,7%
45-49	1,7%	17,2%	1,0%	9,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Bemfam, Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS), 1996.

TABELA 16
Brasil: desejo de ter mais um filho segundo o número de filhos tidos – mulheres recasadas e mulheres em união consensual

Nº de filhos tidos	Recasadas que desejam ter mais um filho	Recasadas que não desejam	Em união consensual que desejam ter mais um filho	Em união consensual que não desejam
Nenhum	18,7%	1,7%	27,4%	3,5%
Um	33,3%	8,1%	44,6%	16,5%
Dois	27,5%	22,2%	19,2%	26,1%
Três	6,4%	24,5%	4,2%	21,6%
Quatro	7,6%	16,1%	2,2%	12,2%
Cinco e mais	6,4%	27,3%	2,2%	20,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Bemfam, Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS), 1996.

declínio da fecundidade. Se as separações e o trabalho feminino tendem a reduzir o número de filhos ou estimulam o planejamento familiar, o recasamento e a união consensual estão associados a uma certa recuperação da fecundidade.

Considerações finais: querer ter filhos ou poder tê-los?

Há, sem dúvida, uma grande convergência nas preferências reprodutivas das mulheres brasileiras, que corrobora hipóteses já levantadas de uma mudança cultural de maiores proporções em direção à restrição do número de filhos. O engajamento profissional da mulher é, de fato, uma variável relacionada às principais mudanças na família, afetando inclusive as preferências reprodutivas.

Todavia, o trabalho feminino deve ser pensado de forma mais ampla. Não se trata de afirmar que o trabalho da mulher seja a principal variável explicativa dessa mudança, mas de situá-lo dentro de um processo de autonomização feminina em curso, que perpassa a situação da mulher na sociedade e suas perspectivas de vida familiar.

Deve-se notar, ainda, que as mudanças na família se relacionam entre si de forma variável. Enquanto as mulheres divorciadas ou separadas têm atitudes mais restritivas em relação à fecundidade, as mulheres unidas consensualmente desejam mais filhos e controlam menos a fecundidade, e as recasadas desejam mais freqüentemente um novo filho. Neste sentido, as mudanças na família estão relacionadas, ao mesmo tempo, a possibilidades de redução e de recuperação da fecundidade.

Há também indicações de que mudanças na família, como a maior incidência de separações e de uniões consensuais, estão associadas a uma maior freqüência de trabalho feminino. Ou seja, as experiências

de transformação familiar vividas pelas mulheres foram possibilitadas pelo mercado de trabalho e/ou as impeliram a ele. Igualmente, está claro que ter filhos pequenos continua afetando as possibilidades de dedicação ao trabalho por parte da mulher, especialmente das camadas baixas, já que as soluções de cuidado infantil têm um caráter privado, dependendo dos recursos de pessoal (substitutos para a mãe) e financeiros (cuidado pago) das famílias.

Neste contexto, temos uma teia de relações que se alimentam mutuamente, em que as mudanças na família (separação, união consensual, redução da fecundidade etc.) favorecem o trabalho feminino e vice-versa. Uma pergunta antiga se coloca: as mulheres não querem ou não encontram condições para ter filhos? Todavia, no contexto atual, por poder ter filhos entende-se não apenas as condições materiais, mas as possibilidades afetivas de se sentir segura para investir em tal responsabilidade. Aí a autonomia de decisão feminina é muito mais do que ter trabalho ou renda suficiente. Isto aparece no fato de sua experiência familiar precedente e atual ter um efeito mais significativo do que as variáveis socioeconômicas quando a questão é o desejo de ter filhos. Ao mesmo tempo, é sugestivo notar que as mulheres recasadas e em união consensual apresentam maior desejo de ter filhos, o que indica que as transformações nos arranjos conjugais não implicam o desprestígio social da maternidade.

É necessário ressaltar que este estudo ainda é exploratório, devendo ser aprimorado nas análises das diferentes dimensões das relações observadas. Para esmiuçar estas relações serão necessários também estudos qualitativos que, ao escutar os personagens desta história, tornem mais claros os sentidos das ações e relações sociais aqui constatadas.

Referências bibliográficas

ARRIAGADA, I. **Realidades y mitos del trabajo femenino urbano en América Latina**. Santiago: CEPAL, 1997 (Serie Mujer e Desarrollo).

BESSON, J.L. (org.). **A ilusão das estatísticas**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1995.

BRUSCHINI, C. Gênero e trabalho feminino no Brasil. Novas conquistas ou persistência da discriminação? Brasil, 1985 a 1995. In: ROCHA, M.I.B. (org.), **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas/São Paulo: ABEP/NEPO-Unicamp/Cedeplar-UFMG/Editora 34, 2000.

BRUSCHINI, C. e LOMBARDI, M.R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil: o emprego doméstico e as “novas” ocupações. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 23, Caxambu, MG, 1999. **Anais...**, Anpocs, 1999.

CAMPOS, M.M., ROSEMBERG, F. e FERREIRA, I.M. **Creches e pré-escolas no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Cortês/Fundação Carlos Chagas, 1995.

DELGADO, D. G., CAPPELLIN, P. e SOARES, V. (orgs.). **Mulher e trabalho: experiências de ação afirmativa**. São Paulo: Boitempo, 2002.

DIAS, M.O.L.S. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ENGLAND, P. **Conceptualizing women's empowerment**. In: Seminário Female Empowerment and Demographic Processes: moving beyond Cairo. IUSSP, PROP-Lund University, 1997.

ERIKSON, R. Social class of men, women and families. **Sociology**, v. 18, n. 4, 1984, p. 500-514.

FONSECA, C. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2000.

ITABORAÍ, N.R. **Reproductive behavior and social classes in Brazil: choices and fatalities**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POPULAÇÃO, 24, Salvador, 2001.

_____. **Empowerment feminino no Brasil: as desigualdades por classe em questão**. **Gênero**, Niterói, v. 2, n. 2, 1º sem. 2002, p. 151-173.

LEME, M.C.S. e WAJNMAN, S. Tendências de coorte nos diferenciais de rendimentos por sexo. In: HENRIQUES, R. (org.), **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

MARTELETO, L.J. Quando parentes tomam conta das crianças: arranjos de *child care* em domicílios intactos e chefiados por mulheres. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11, 1998, Caxambu, MG. **Anais...**, ABEP, v. 1, 1998, p. 2.633-2.661.

NOGUEIRA, O. **Família e comunidade**. Rio de Janeiro: INEP, 1962.

PASTORE, J. e SILVA, N.V. **Mobilidade social no Brasil**. São Paulo: Makron Books, 1999.

RIOS-NETO, E. O impacto das crianças sobre a participação feminina na PEA: o caso das mulheres casadas urbanas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10, 1996, Caxambu, MG. **Anais...**, ABEP, v. 1, 1996, p. 517-534.

RIOS-NETO, E. e BATISTA, D.B.D.A. Segregação ocupacional entre solteiras e casadas: o possível impacto da licença maternidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11, 1998, Caxambu, MG. **Anais...**, ABEP, v. 1, 1998, p. 2.663-2.686.

ROSEMBERG, F. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche – 1984. In: ROSEMBERG, F. (org.), **Creche**. São Paulo: Cortês/Fundação Carlos Chagas, 1989 (Coleção Temas em Destaque, 1).

_____. A educação de mulheres jovens e adultas no Brasil. In: SAFFIOTI, H. e MUNOZ-

VARGAS, M. (orgs.), **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

SANTOS, J.A.F. **Estrutura de posições de classe no Brasil**: mapeamento, mudanças e efeitos na renda. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

SCALON, M.C. **Mobilidade social no Brasil**: padrões & tendências. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

SOARES, V. Acordos coletivos e as trabalhadoras. In: ABRAMO, L. e ABREU, A. (orgs.), **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. São Paulo/Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

SULLEROT, E. **História e sociologia da mulher no trabalho**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1970.

TILLY, L. e SCOTT, J.W. **Women, work & family**. Nova York, Holt, Rinehart and Winston, 1978.

WONG, L. Apontamentos sobre a tendência da fecundidade no médio prazo considerando as preferências reprodutivas – Brasil/96. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11, 1998, Caxambu, MG. **Anais...**, ABEP, v. 1, 1998, p. 2.973-2.995.

Abstract

Women's work and changes in the Brazilian family (1984-1996): exploring relationships

In this paper I have sought to investigate the mutual relationships between the increase in the number of women holding down jobs, and changes in Brazilian family arrangements, controlling the differences by social class. Although the literature associates paid women's work to an increase in their autonomy in society (empowerment), and especially to changes in family relationships, the interplay between the growth of women's participation in the economy and the modifications in their status as members of the family have not been entirely elucidated. The most realistic hypothesis is that the work exercised by women simultaneously impels and is impelled by changes taking place in the family. Although no appropriate longitudinal data is available to answer this question, we tentatively used four sources of data for this study: two Brazilian Annual National Sample Household Surveys (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* – PNAD/IBGE, 1984 and 1996), one special study on living standards, carried out in 1996 (*Pesquisa sobre Padrão de Vida* – PPV/IBGE), and data from the Demographic Health Survey (*Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde* – PNDS/Bemfam), carried out in 1996. Our analysis focuses on the relationships among family events (unions, separations, the birth of children, and contraception) and women's insertion into the labor market.

Key words: Women's work. Family. Fertility.

Recebido para publicação em 30/9/2003.

Aceito para publicação em 21/11/2003.